BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA

Série Diplomacia ao alcance de todos

16

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA** - Distribuição gratuita

AS NAÇÕES UNIDAS
– ONU –

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2009

O organizador

Amado Luiz Cervo – Professor emérito da Universidade de Brasília e Pesquisador Sênior do CNPq. Atua na área de relações internacionais e política exterior do Brasil, tendo formado 22 mestres e 13 doutores. Publicou 17 livros, 33 outros capítulos e 32 artigos em periódicos especializados.

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.**
SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

A FUNDAÇÃO DA ONU

Quando terminava a Segunda Guerra Mundial, até mesmo antes disso, os três líderes das principais potências aliadas – Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética – e algumas conferências internacionais representativas do conjunto das nações vencedoras reuniam-se para debater. Era necessário pensar como seria o mundo da paz, distante do nazismo alemão que engendrara o conflito. Desses encontros resultaram dois sistemas de ordenamento: o econômico, chamado de sistema Bretton Woods, constituído por três instituições, GATT (Acordo de Tarifas e Comércio), FMI e Banco Mundial, e o político, essencialmente a Organização das Nações Unidas.

Mas o sistema internacional do pós-guerra, ao nascer, seria contaminado pela divisão do mundo em dois blocos, o ocidental, sob a liderança dos Estados Unidos, e o socialista, sob a liderança da União Soviética. O liberalismo sendo preeminente do lado ocidental e as fronteiras ideológicas a separar dois blocos de nações.

A Conferência de São Francisco aprovou a Carta de São Francisco que criou, em 26 de junho de 1945, a Organização das Nações Unidas. Importa ressaltar que o Brasil esteve presente nessas conferências, com uma diplomacia imbuída de grande expectativa, em razão da contribuição que o país dera à vitória dos aliados. O presidente norte-americano chegou a propor o Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, mas Inglaterra e União Soviética opuseram-se. Em 1947, porém, o chefe da delegação brasileira, Oswaldo Aranha, foi eleito presidente da Assembléia Geral da ONU. A partir da IV Assembléia, até nossos dias, cabe ao Brasil

abrir os debates da Assembléia Geral, costume que teve início em 1949 para evitar que um dos líderes dos dois blocos fosse o primeiro a falar ao mundo.

***

Carta de São Francisco

(26 de junho de 1945)

Artigo I – Os propósitos das Nações Unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais...

2. Desenvolver relações amistosas entre as nações...

3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário...

***

Para que serve a ONU?

Zelar pela paz e promover a cooperação entre as nações. Esta filosofia política presidiu a fundação da ONU e inspira sua atuação até o presente. Por isso criou-se o Conselho de Segurança, instituíram-se as Missões de Paz da ONU e convocaram-se reuniões específicas sobre desarmamento. O Conselho de Segurança reúne-se para deliberar e decidir sobre tensões conjunturais, as Missões de Paz atuam com tropas sob mandato da ONU em todos os quadrantes do mundo, quando aprovadas pelo Conselho. Já as reuniões sobre desarmamento, bem como certos tratados no campo da segurança internacional obtiveram resultados importantes na redução de armamentos, sem, no entanto, alterar significamente a capacidade estratégica das grandes potências.

Para promover a cooperação internacional, necessária à manutenção da paz, convocam-se grandes Conferências Internacionais,

examinadas em outro Livro na Rua. Com efeito, ao passar dos anos, a ONU voltou-se para campos de atuação específica, com o fim de produzir ordenamentos do sistema internacional que não se referiam diretamente à manutenção da paz, porém criavam condições para tal.

Outros cuidados, além da paz

A ONU voltou-se para os problemas do desenvolvimento das nações mais pobres desde a criação, em 1964, da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e, depois, com a instituição das Décadas do Desenvolvimento, séries de debates organizados com o fim de estabelecer a Nova Ordem Econômica Internacional, uma normatização sistêmica destinada a promover o desenvolvimento dos países mais pobres. O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) também cuida

deste objetivo de forma permanente, bem como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

O meio ambiente, condição fundamental para a sobrevivência da humanidade, esteve em destaque nas Conferências do Meio Ambiente: 1972 em Estocolmo; 1992, no Rio de Janeiro e 2002 em Joanesburgo. O foco dos debates centrou-se no estabelecimento do regime jurídico internacional sobre as mudanças do clima. Com tal fim, firmou-se o Protocolo de Quioto em 1997 e, desde 2005, apresentam-se os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima. Em Bali, na Indonésia, realizou-se, em 2007, a 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, reunindo 189 países. O maior obstáculo à vigência do regime internacional para o controle do aquecimento global é posto, no século XXI, pelos Estados Unidos, cujas emissões de gases de efeito estufa são as maiores do mundo. Apesar disso, invocando

o interesse nacional, o país recusou-se a ratificar o Protocolo de Quioto. Entretanto, sob forte pressão da comunidade internacional, os Estados Unidos concordaram, na Conferência das Partes da Convenção em Bali, em adotar compromissos e ações que sejam mensuráveis, passíveis de serem informadas e verificáveis.

Os direitos humanos das minorias, das mulheres, a fome e a pobreza foram outros temas cuja discussão a ONU promoveu com o fim de tomar decisões e estabelecer normas para a ação das organizações internacionais e dos Estados.

Em 2000, 191 países integrantes das Nações Unidas estabeleceram as Metas de Desenvolvimento do Milênio, com prazos determinados para modificar as condições de vida que elevem o respeito aos direitos humanos, fomentando o bem-estar e a saúde dos povos.

As campanhas do Brasil na ONU

Desde sua fundação, o sistema ONU contou com uma participação intensa da diplomacia brasileira. A responsabilidade que lhe advém do costume de ser o primeiro orador, na abertura anual das sessões da Assembléia Geral, o Ministro das Relações Exteriores ou o Presidente da República do Brasil é bem expressa pelo empenho e pela presença nacional nos debates e nas decisões que visam exercer influência nas relações internacionais. Por que tanto interesse brasileiro pela ONU?

Três são os domínios da atuação do Brasil no sistema ONU: a desconcentração do poder, a promoção dos interesses específicos das nações e o objetivo do desenvolvimento. Os dois primeiros campos de ação serão aprofundados em dois outros Livros na Rua, que tratam das conferências temáticas e do Conselho de Segurança. Examinemos aqui a luta pelo desenvolvimento.

Sob o impulso do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina da própria ONU (Cepal) e da estratégia brasileira de industrialização programada por Vargas e Kubitschek, na conferência da Unctad de 1964, em Genebra, o diplomata brasileiro Araújo Castro propôs uma reforma do comércio internacional. Com efeito, a exportação de manufaturados pelos países capitalistas avançados e de produtos primários pelo chamado Terceiro Mundo contribuía, como esquema, para a manutenção das estruturas de dominação e dependência entre os países desenvolvidos e os atrasados.

Nos anos 70, a diplomacia brasileira operava com o conceito de segurança econômica coletiva, com o que propunha substituir o esquema leste-oeste de alianças militares próprias da Guerra Fria pelo da cooperação norte-sul, com o objetivo de promover a convergência do bem-estar entre todos os povos. Atuava, pois, no espírito da Carta de São Francisco.

A maior ousadia, no entanto, ocorreu em 1975, quando o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, ao abrir a Assembléia Geral da ONU, formalizou a idéia do Acordo Geral, um "acordão" norte-sul destinado a remediar a sorte do mundo, mediante novo ordenamento cooperativo global. Levou o referido Chanceler depois essa proposta a outros foros de negociação multilateral.

O empenho em fazer da ONU instrumento da promoção de maior igualdade entre as nações tem raízes no pensamento brasileiro que vem de Rui Barbosa - no aspecto jurídico - e do pensamento desenvolvimentista desde 1930 – sob o aspecto econômico. Esta campanha irá prolongar-se até o presente, em especial pela associação entre direitos humanos e direitos sociais, entre meio ambiente e desenvolvimento, no combate à fome, quando tais temas são discutidos nas conferências sobre a respectiva matéria.

Há que se reconhecer, por um lado, que a comunidade internacional, por meio da instituição que melhor a representa, a ONU e seu sistema, não alcançaram ainda grau suficiente de redução das disparidades econômicas e sociais, como seria de esperar-se. Por outro lado, percebe-se que a atuação brasileira nesses foros coincide com a política externa do país: cooperativa e não confrontacionista, voltada para a paz e a busca do desenvolvimento. A ONU tem capacidade limitada para opor-se às forças que levam à concentração de poder e riqueza.

***

> "Todos aqui sabem que cerca de 840 milhões de seres humanos... não têm o suficiente para comer... A luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial que coloque o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano. Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais

pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço".

(Palavras de Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da LXI Assembléia Geral, 19 de setembro de 2006).

***

A reforma da ONU

Há mais de quinze anos discute-se na ONU a sua própria reforma. Dois argumentos alimentam o debate: foi ela criada no imediato pós-guerra como uma organização antinazista e, por isso, não espelha mais a realidade internacional da atualidade; mantém ainda a Organização uma alta concentração de poder (com direito a veto) nas mãos dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, órgão cuja eficácia e legitimidade poderiam ser aumentadas mediante a expansão dessa categoria de membro.

Com ou sem reforma, o sistema ONU exerce a função de parlamento do mundo,

onde os países expõem seus problemas e sua política exterior, onde se dão a conhecer e por onde passam informações úteis para a tomada de decisões concretas em outros organismos internacionais, nos processos de integração em curso e nas relações regionais e bilaterais. Na ONU, as nações manifestam as convergências de idéias e propósitos que as unem, bem como as diferenças que as separam.

PARA SABER MAIS:

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília: Funag, 2007.

PAROLA, Alexandre Guido Lopes. *A ordem injusta*. Brasília: Funag, 2007.

CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnB, 2008.

United Nations Yearbook 2008, publicação do Ministério das Relações Exteriores da Nova Zelândia.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br